

A CRISE DA REPÚBLICA VELHA

Movimento Modernista e Tenentista.

1. No início dos anos 20, a insatisfação contra o domínio político, econômico, social e cultural da elite cafeeira contaminou setores da classe média que expressou a sua insatisfação de inúmeras maneiras, entre elas destaca-se o Movimento Modernista e o Tenentista.

O Movimento Modernista

2. O movimento modernista foi a expressão cultural da reação da classe média contra as estruturas oligárquicas.
3. Em 1922, organizou-se em São Paulo, a Semana de Arte Moderna – de 13 a 20 de fevereiro de 1920 –, um movimento cultural, que se manifestou nos diversos setores das artes (literatura, música, artes plásticas etc.) cujo caráter revolucionário se expressava na proposta de libertar a nossa arte dos padrões europeus. A Semana de arte moderna é uma ruptura com o servilismo aos moldes lusitanos de expressão e uma incitação ousada à experimentação de formas brasileiras de linguagem fundada nas falas regionais e populares. É, também, um esforço deliberado e lúcido de busca de inspiração, tanto nas tradições indígenas e negras como na realidade circundante, para a criação d uma arte genuinamente nacional.
4. Assim, um grupo de jovens intelectuais e artistas como Di Cavalcanti, Menotti Del Pichia, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, entre outros chocavam a sociedade brasileira com suas obras modernistas. Nesse movimento, foi possível retratar a situação de descaso em que se encontrava a maior parte da população brasileira, o atraso econômico do país, a grande dependência estrangeira, os problemas sociais (desigualdades sociais, preconceito, marginalidade, miséria, seca etc) o que possibilitou o desenvolvimento do sentimento nacionalista.
5. A Semana de Arte Moderna, coincidindo com o centenário da Independência do Brasil, induzia a uma reflexão: será que nesses 100 anos fomos, realmente, independentes?

O Movimento tenentista.

6. O Movimento Tenentista foi a expressão dos jovens oficiais do exército contra as estruturas oligárquicas.
7. Como a maior parte dos jovens, os tenentes eram idealistas e acreditavam que as Forças Armadas não podiam ajudar a manter um regime político “corrupto”, como o que vigorava no país. Era necessário tomar o poder e realizar reformas na sociedade brasileira.
8. Dessa forma, podemos dizer que o Tenentismo foi, então, um movimento político-militar que tinha os seguintes objetivos:
 - 8.1. moralização da administração;
 - 8.2. ampla reforma político-eleitoral (adoção do voto secreto e criação de uma justiça eleitoral autônoma);
 - 8.3. severo controle econômico-financeiro sobre o país (combate à inflação, diminuição da dívida externa etc);
 - 8.4. reforma na educação pública.
9. Entretanto, a este programa faltava, muitas vezes clareza e precisão, e se revelava, como podemos ver nas reivindicação acima, num movimento nacionalista, liberal e reformista, comandado pelo Exército. Podemos dividir as suas reivindicações em três blocos distintos:
 - 9.1. a purificação do regime, estabelecendo a verdade eleitoral, ou seja, que as eleições fossem capazes de captar a legítima vontade nacional, que o voto fosse secreto e que se eliminassem as fraudes, a coação e a violência.

- 9.2. A estabilidade econômica, representada pelo rígido controle das finanças públicas, pela contenção dos empréstimos no estrangeiro, com a consequente diminuição da dívida externa; pelo controle da política cambial e das emissões, objetivando-se a contenção da inflação e a diminuição do custo de vida;
- 9.3. A proteção governamental para todos os produtos nacionais, inclusive para os produzidos pela indústria, acabando-se com o privilégio do setor cafeeiro.
10. Os militares, como em 1889 (e como será posteriormente em 1937, em 1945 e em 1964) apresentar-se-ão como a parte sã da sociedade, destinada a eliminar a corrupção dos grupos oligárquicos – os carcomidos –, que se preocupavam apenas com os seus problemas, nada fazendo pelo país.
11. As lutas tenentistas iniciaram-se em 1922, com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Ela foi liderada por 18 tenentes que, tomando o Forte de Copacabana, decidiram agir contra o governo e impedir a posse do presidente Arthur Bernardes. O movimento foi duramente reprimido pelo governo e fracassou. Apenas dois tenentes sobreviveram – entre eles o tenente Eduardo Gomes, mais tarde Brigadeiro e, por duas vezes, candidato à presidência da República.
12. No dia 05 de julho de 1924, aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, eclodiu uma revolta tenentista em São Paulo, liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. Depois de um mês de lutas nas cidades, os Revolucionários paulistas foram para o interior do estado, quando se juntaram com um outro grupo revolucionário comandados pelo capitão de engenharia, Luís Carlos Prestes⁷, que vinham de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e formaram uma coluna de revolucionários que ficou conhecida como Coluna Prestes. Essa coluna percorreu praticamente todo o país, tendo sido perseguida até por cangaceiros – inclusive o bando de Lampião – que atenderam a pedidos do governo federal. A Coluna Prestes, sem conseguir, contudo, alcançar os seus objetivos, teve o seu fim na Bolívia.
13. Em 1927, com a derrota da Coluna Prestes, as lutas tenentistas arrefeceram-se. O Tenentismo manteve-se, porém, como a principal força de contestação ao regime e o fim deste resultou, sobretudo, da ação dos jovens militares.

O movimento operário no Brasil dos cafeicultores.

14. O desenvolvimento industrial brasileiro será o responsável pelo surgimento de novos atores no quadro social do Brasil. Teremos o surgimento da classe média industrial e dos trabalhadores urbanos (proletariado).
15. A formação do operariado brasileiro está intimamente ligado à imigração européia, e ao processo abolicionista brasileiro.
16. Devido às péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos os operários, foram comuns os movimentos de protesto e reivindicação dessa classe, durante toda a República Velha.
17. Na República Velha, o operariado brasileiro aumentou sobremaneira devido à crescente urbanização e às atividades industriais, uma vez que os serviços urbanos, principalmente os transportes e as fábricas, passaram a recrutar um número cada vez maior de operários.
18. O proletariado urbano brasileiro, durante a República dos Cafeicultores teve a mesma sorte que os operários de outros países quando o capitalismo estava se implantando: trabalhavam 14, 16 e até 18 horas por dia, nas piores condições ambientais, sem qualquer proteção ou segurança contra os acidentes de trabalho; não possuía estabilidade (admissão, demissão, descanso, licenças médicas, férias, maternidade, paternidade) tudo ficava a critério dos patrões; os níveis salariais não passavam do mínimo necessário à sobrevivência, mulheres e crianças não recebiam tratamento diferenciado. Acima de tudo, os trabalhadores não tinham direito à atuação política, era-lhes vedado a livre associação: sociedades de auxílio mútuo, sindicatos, ou quaisquer outras entidades deveriam ser controladas pelo governo ou pelo próprio empresário.
19. Contudo, o operariado articulou-se e agiu politicamente. Chegou-se mesmo ao nível de organizações partidárias vinculadas ao movimento operário, tais como o Bloco Operário e Camponês (BOC) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e funcionando até os dias de hoje.

20. A partir de 1917², em todos os grandes centros urbanos, a greve, o principal instrumento de ação política dos operários – pois interrompe o processo produtivo –, foi fenômeno importante e constante. Porém, foi violentamente reprimida assim como os comícios, as concentrações, as reuniões nas entidades. Essas manifestações, apesar de terem sido tratadas como caso de polícia, ou precisamente por causa disso, representaram abalos na organização republicana, os quais contribuíram para o desmonte do regime.
21. O movimento operário brasileiro, nessa primeira fase republicana, foi organizado a partir de entidades e correntes ideológicas que procuravam articular os trabalhadores e dar organicidade às suas lutas. Destacaram-se, nesse sentido, os anarquistas, os anarcossindicalistas e os socialistas, representados, principalmente, por trabalhadores estrangeiros, notadamente italianos e espanhóis, que faziam parte dos contingentes de imigrantes que haviam concentrado nos grandes centros urbanos do sul e sudeste do país.

Primeiros Movimentos grevistas no século XX.		
Ano	Descrição	Local
1902	1ª Greve	Rio de Janeiro
1903	Greve interprofissional	Rio de Janeiro
1904	Greve dos Portuários	Santos
1906	Greve dos Ferroviários	São Paulo
1907	Greve pela redução da Jornada de Trabalho	São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas

A crise de 1929 e o Brasil: o fim de uma era.

22. No Brasil, o sistema político vigente à época da crise de 1929, baseava-se num acordo político firmado entre os dois mais importantes estados da Federação. De um lado São Paulo, o maior produtor de café do país, e por isso o Estado economicamente mais importante; do outro Minas Gerais, o estado mais populoso e que destacava-se na produção de gado leiteiro. A esta aliança entre paulistas e mineiros, onde estabelecia-se uma alternância na indicação da presidência da República, deu-se o nome de Política do Café-com-Leite.
23. Este acordo tinha como objetivo garantir o predomínio e a dominação político-econômica da oligarquia produtora de café, colocando, efetivamente, a República brasileira a seu serviço. Esta Oligarquia utilizava-se de todos os expedientes para garantir as suas vantagens e evitar prejuízos. Um exemplo disso foi o Convênio de Taubaté, assinado em 1906, entre os “governadores” (naquela época os governadores eram chamados de Presidente de Estado) Jorge Tibiriçá (SP), Francisco Sales (MG) e Nilo Peçanha (RJ). Este acordo firmado, na cidade paulista de Taubaté, representava os interesses da Oligarquia cafeicultora, estabelecia o seguinte:
- 23.1. os estados assumiam a obrigação de sustenta um preço mínimo por saca de café nos portos de embarque;
 - 23.2. o governo deveria comprar e reter uma parte da produção, o equivalente ao excesso sobre o consumo mundial;
 - 23.3. seriam feitos empréstimos internacionais, no valor de 15 milhões de libras-esterlinas para a compra dos estoques.
24. De acordo com o pesquisador Edgar Carone², esta foi a “primeira intervenção estatal para proteger um produto, obra de e para benefício de uma classe”. Esta Política de Valorização do Café – como também ficou conhecido o Convênio de Taubaté – foi motivada pela queda do preço do café ocorrida nos primeiros anos da República Velha, e a situação dos produtores de café ficou problemática. Assim, eles procuraram estabelecer medidas que garantissem preços elevados para o seu produto, mantendo-se, assim, os seus lucros.
25. Esta Política de Valorização do Café, trouxe sérios problemas para o desenvolvimento da economia nacional, pois inibiu o crescimento industrial, haja vista que o governo não estava preocupado em investir em obras de infra-estrutura que possibilitassem a instalação de mais indústrias em determinadas regiões. Ora, o governo estava

a serviço das oligarquias cafeeiras e não interessava-se, portanto, no desenvolvimento industrial do país. Afinal, o nosso café garantiria o bem-estar do povo. Desta maneira, todos os impostos arrecadados serviriam única e exclusivamente para garantir os altos lucros dos cafeicultores.

26. Em 1929, entretanto, a crise mundial do capitalismo irá sucumbir as bases da Política de Valorização do Café e a Política do Café-com-Leite. Com a crise do capitalismo, o nosso principal produto não encontrará compradores na Europa e nos EUA. Os cafeicultores exigirão do Estado a compra de seus estoques não vendidos no mercado internacional para garantir o preço do produto. Entretanto, não haverá recursos no exterior para financiar tamanha compra.
27. Assim, de um lado a oligarquia cafeeira se desarvorou a pressionar o governo, no sentido de se ampliarem os mecanismos de defesa dos seus altos lucros; do outro lado os setores urbanos – principalmente o proletariado – que sofriam com a miséria e o desemprego, reagiram com greves gerais nos principais centros urbanos, influenciados por idéias anarquistas e socialistas trazidas para o Brasil nas consciências dos imigrantes europeus. O governo tentava auxiliar os cafeicultores com incentivos financeiros; aos trabalhadores, o governo respondia com repressão, contribuindo, decididamente para um clima favorável à revolta.
28. Em meio à crise econômica, agitou-se a questão sucessória do paulista Washington Luís, que já havia sido aberta em 1927, quando o presidente, ao contrário do que se previa pela Política do Café-com-Leite, insistiu na indicação de um outro paulista para sucedê-lo: Júlio Prestes, então presidente de São Paulo. Esta postura irá levar à oligarquia mineira para a oposição, uma vez que o candidato natural seria o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada. Uma vez desarticulado a mais forte aliança oligárquica foi possível a composição de um outro acordo político com o objetivo de derrotar São Paulo nas eleições. Este acordo, agora envolvendo o Partido Republicano Mineiro (o partido da oligarquia mineira) o Rio Grande do Sul – enquanto oligarquia dissidente – e a Paraíba, que representava a insatisfação dos estados periféricos, denominou-se de Aliança Liberal, que reuniu também o Partido Democrático de São Paulo – oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP).
29. Assim, a Aliança Liberal lançou o nome de Getúlio Vargas (presidente do Rio Grande do Sul) e de João Pessoa (presidente da Paraíba) à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Podemos dizer que esta foi a única chapa que concorreu de igual para igual com a chapa da situação que representava os interesses de São Paulo.
30. A campanha oposicionista teve larga repercussão nos grandes centros urbanos, que aspiravam por reformas, nos estados do nordeste, além de se impor em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Os Tenentes também apoiaram a chapa aliancista pois viam na vitória de uma candidato da oposição um instrumento para a realização das reformas que eles julgavam necessárias para a salvação do país.
31. A eleição ocorreu em março, e o resultado, como sempre, apontou a vitória da situação, em virtude da existência de uma Comissão de Verificação dos Diplomas dos Eleitos ou Comissão de Verificação dos Poderes⁷. Vale lembrar que naquela época o voto não era secreto; o voto era controlado pelo Coronel da região (veja nota 02), que evitava as “surpresas” eleitorais, utilizando-se dos mais diversos expedientes: fraudes, assassinatos, chantagem etc. Era o que se chamava eleição no bico da pena, quando os coronéis utilizavam do voto de cabresto para garantir o seu domínio político. Confira no quadro abaixo como funcionava o sistema político-eleitoral na República Velha.

Sistema Político Eleitoral da República Velha.	
Nível Federal	Política do Café-com-Leite = união de Minas Gerais + São Paulo.
	Troca de favores com as oligarquias de menor expressão.

Nível Estadual	Política dos Governadores.
	Troca de favores entre os governadores e o governo federal
Nível Municipal	Pacto Coronelista.
	Troca de favores entre os governos municipais e estaduais.

32. A vitória da chapa de Júlio Prestes nas eleições de 1930, soou estranho aos ouvidos das oligarquias mineiras, gaúchas e nordestinas. Como uma chapa que tem o apoio do maior “curral” eleitoral do país (Minas Gerais, com mais de 3,5 milhões de habitantes), o apoio da principal oligarquia de oposição (Rio Grande do Sul) e das pequenas oligarquias nordestinas poderia perder as eleições? A fraude seria a resposta!
33. Entretanto, a Aliança Liberal aceitou o resultado das eleições, pois havia um pacto pré-estabelecido entre os líderes das duas chapas de reconhecimento e de aceitação do resultado das eleições. Mas os Tenentes não participaram deste pacto e propuseram uma saída revolucionária para a crise político-econômico-social que se abatia sobre o Brasil. Alguns líderes tenentistas chegaram a procurar Getúlio Vargas e outros líderes da Aliança Liberal para articular o movimento. Entretanto a resposta de João Pessoa ilustra bem a “tradição conciliatória” da elite brasileira: “prefiro dez Júlio Prestes, a uma revolução”. O clima de crise não pairava somente entre as oligarquias derrotadas no pleito de 1929, mas nos setores urbanos, na classe média e, principalmente, entre os trabalhadores que respondiam com movimentos grevistas cada vez mais fortes e organizados. O próprio Getúlio Vargas, percebendo o clima de insatisfação entre o povo, percebe que não há mais saída institucional para a crise. Até o governador de Minas Gerais, considerado um conservador, reconheceu o clima de descontentamento e chegou a afirmar que “façamos a revolução, antes que o povo a faça”, num nítido sinal de preocupação com os ânimos da população e dos tenentes
34. O clima de insatisfação aumentava entre os tenentes e alguns líderes da Aliança Liberal. No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas, inimigo político e pessoal, num crime passional, em uma confeitaria em Recife (PE). O crime teve muito mais conotações pessoais que políticas. A morte do candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, desencadeou um verdadeiro clamor revolucionário, muito propício às agitações tenentistas. No dia 03 de outubro de 1930 teve início o movimento armado e revolucionário, partido do Rio Grande do Sul em direção à capital federal. Como o apoio de Minas Gerais e de vários estados do nordeste, o movimento, depois de três semanas de combate, saiu vitorioso. Em 24 de novembro de 1930, o presidente Washington Luís, aconselhado pelo cardeal do Rio de Janeiro, entregou o poder a uma junta militar.
35. Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder, provisoriamente, em 03 de novembro de 1930, como Delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. Consolidou-se no poder e dominaria a cena política brasileira durante os próximos 24 anos, até o seu suicídio em agosto de 1954, quando ocupava a chefia do governo brasileiro pela segunda vez.